

# SUMÁRIO

---

## A nova tipificação do delito de embriaguez ao volante ..... 1 ARMANDO SÉRGIO PRADO DE TOLEDO E SALVADOR JOSÉ BARBOSA JÚNIOR

1. Introdução .....	1
2. O cenário criado pela sociedade de risco .....	2
3. A evolução da tipificação da embriaguez ao volante na legislação brasileira .....	5
4. A classificação doutrinária do crime de embriaguez ao volante .....	11
5. O perigo abstrato e o princípio da legalidade substancial .....	13
6. A imprescindível necessidade de demonstração da ação sob efeito alcoólico .....	15
7. A desestruturação do art. 306 do Código de Trânsito brasileiro .....	17
8. A legitimidade da intervenção legislativa no sistema penal .....	19
9. A mitigação de garantias proposta pela Lei nº 11.705/2008 e a função do Direito Penal .....	20
10. A impossibilidade de aplicação de medidas administrativas .....	24
11. Notas conclusivas .....	24
12. Referências .....	25

## O indispensável controle de constitucionalidade difuso nos crimes de porte de arma de fogo e munição ..... 27 DANIELLE MARTINS CARDOSO E SALVADOR JOSÉ BARBOSA JÚNIOR

1. Considerações introdutórias .....	27
2. Sistema penal constitucional – Breve enfoque .....	29
2.1. Princípios, postulados e bem jurídico penal .....	29
2.2. Regras ou valores? .....	30
2.3. Legalidade formal e positivismo .....	31
2.4. Legalidade, intervenção mínima e bem jurídico constitucional .....	33
2.5. O bem jurídico penal: a baliza do legislador .....	33
3. O controle de constitucionalidade como função essencial do Poder Judiciário .....	34
3.1. Notas preambulares .....	34
3.2. Protagonismo judiciário – Uma necessidade premente .....	35
4. O controvertido Estatuto do Desarmamento .....	39
4.1. Introdução – Resgate histórico da criminalização do porte .....	39
4.2. Expansionismo penal .....	41
4.3. A lei nº 9.434, de 20 de fevereiro de 1997; Lei nº 9.437/1997 .....	44
4.4. Aspectos controvertidos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 .....	45
4.5. Bem jurídico penal nos delitos de porte ilegal de arma de fogo – Desvirtuamento e antecipação da tutela penal .....	46

5. A obrigatória releitura dos arts. 12, 13, parágrafo único, 14, 16, incisos V e VI (no que se refere a acessórios e munição) do Estatuto do Desarmamento à luz da Constituição .....	49
5.1. Criminalização do porte de munições e acessórios .....	49
5.2. Os arts. 15 e 16 da Lei nº 10.826/2003 .....	50
5.3. Proporcionalidade, intervenção mínima e ofensividade .....	53
6. Considerações conclusivas .....	54
6.1. Necessidade de uma interpretação conforme .....	54
6.2. Necessidade de controle difuso da constitucionalidade .....	55
7. Referências .....	56
<b>Posse de celular em presídio – Lei no 11.466/2007</b> .....	<b>59</b>
<b>MARCELO AMARAL COLPAERT MARCOCHI</b>	
1. Introdução .....	59
2. Art. 50 da Lei de Execução Penal .....	61
2.1. Princípio da Legalidade .....	61
2.2. A (des)necessidade de defesa técnica .....	62
2.3. Análise do tipo .....	64
2.4. Solução (?) .....	66
3. Art. 319-A do Código Penal .....	67
3.1. Sujeito ativo e passivo .....	67
3.2. Análise geral do tipo .....	69
4. Referências .....	70
<b>Breves apontamentos sobre a nova lei de drogas</b> .....	<b>71</b>
<b>SALVADOR JOSÉ BARBOSA JÚNIOR E SANDRO MARCELO PARIS FRANZOI</b>	
1. Considerações introdutórias .....	71
2. O tratamento dado ao usuário e dependente .....	72
3. A criação de tipo intermediário para o uso compartilhado de entorpecente .....	75
4. A equivocada restrição à conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos no crime de tráfico .....	80
5. Considerações conclusivas .....	88
6. Referências .....	89
<b>Prisão, capitalismo e globalização</b> .....	<b>91</b>
<b>JULIANA FOGAÇA PANTALEÃO</b>	
1. Prisão, capitalismo e globalização .....	91
1.1. Noções históricas .....	91
1.1.1. Análise comparada de modelos de privatização .....	94
1.2. O mercado das prisões .....	96

1.3. Experiências brasileiras .....	98
1.4. A prisão no mundo globalizado .....	100
2. Privatizar? .....	102
2.1. Parcerias público-privadas .....	102
2.2. Argumentos favoráveis .....	108
2.3. Argumentos desfavoráveis .....	111
3. Conclusão .....	121
4. Referências .....	124

## **Progressão de regime nos crimes hediondos .....** 127

MARCELO MOMO

1. Introdução .....	127
2. Progressividade do regime de cumprimento da pena antes da Lei nº 8.072/1990 .....	128
3. Lei nº 8.072/1990 e a vedação do direito à progressão de regime aos condenados por crimes hediondos ou equiparados .....	130
4. Posicionamento da doutrina em relação ao § 1º do art. 2º da Lei nº 8.072/1990 .....	130
5. Jurisprudência sobre o tema .....	132
6. Lei nº 9.455/1997 – Uma nova discussão sobre a possibilidade da progressão nos crimes hediondos e assemelhados .....	134
7. Mudança no posicionamento do Supremo Tribunal Federal .....	136
8. Lei nº 11.464/2007 – Novos requisitos objetivos para a progressão .....	137
9. A Lei nº 11.464/2007 no tempo .....	138
10. O requisito do merecimento para a progressão nos crimes hediondos e assemelhados .....	140
11. Conclusões .....	142
12. Referências .....	143

## **Perda de bens nos delitos da nova lei de drogas .....** 145

MARCELO MOMO

1. Breves considerações .....	145
2. Perda de bens no direito penal brasileiro .....	146
3. Perda de bens prevista no inciso II do art. 43 do Código Penal (confisco-pena) .....	147
4. Perda de bens prevista no inciso II do art. 91 do Código Penal (confisco-efeito) .....	149
5. Perda de bens prevista na Lei nº 11.343/2006 .....	151
6. Conclusões .....	154
7. Referências .....	156

DANIZA MARIA HAYE BIAZEVIC

1. Origem histórica da instituição do Tribunal do Júri .....	157
2. Da possibilidade de normas constitucionais serem inconstitucionais .....	158
3. Da inconstitucionalidade do Tribunal do Júri .....	160
3.1. Da ofensa à organização do Poder Judiciário .....	162
3.2. Falta de motivação e publicidade nas decisões proferidas pelo Tribunal do Júri .....	164
3.3. Da ofensa à garantia de razoável duração do processo e dos meios que garantem a celeridade de sua tramitação (CF, art. 5º, inciso LXXVIII) .....	166
4. Conclusões .....	167
5. Referências .....	168

DANIELLE MARTINS CARDOSO

ALEXANDRE DA CONCEIÇÃO (colaborador)

1. Considerações introdutórias .....	169
2. Roubo .....	169
2.1. Breve histórico .....	169
2.2. Conceito e bens jurídicos tutelados .....	171
2.3. Patrimônio, conceituação e abrangência .....	172
2.4. Conduta uniofensiva para crime pluriofensivo .....	173
3. Princípio da insignificância penal .....	175
3.1. Resgate histórico, conceituação e natureza jurídica .....	175
3.2. Aplicabilidade .....	177
3.3. Insignificância penal e furto – doutrina e jurisprudência .....	178
3.4. Insignificância penal e roubo – doutrina e jurisprudência .....	179
4. Roubo, insignificância e individualização penal .....	182
4.1. Compatibilização .....	182
4.2. Absolução por atipicidade .....	183
4.3. Aplicação do princípio da proporcionalidade (punição apenas das condutas ofensivas) .....	184
4.4. Algumas reflexões no sentido da menor dessocialização (privilegio <i>versus</i> insignificância, penas alternativas <i>versus</i> proibição legal) .....	185
5. Considerações conclusivas .....	186
6. Referências .....	187

**A interrupção da gravidez de feto anencefálico  
em face da legislação brasileira** ..... 189

EMANUELLE BOULLOSA VIEIRA E CAROLINA DE SOUZA SEDLACEK

1. Introdução	189
2. Considerações preliminares	190
3. A interrupção da gravidez de feto anencefálico em face da legislação brasileira	192
4. O direito comparado	196
5. A evolução da jurisprudência pátria	197
6. Conclusão	201
7. Referências	203

**Abuso de autoridade: das necessárias mudanças da lei** ..... 205

CRISTIANE CAETANO SIMÕES FERREIRA E RICARDO FERREIRA DIAS

1. Introdução	205
2. Breve histórico	207
3. Da legislação infraconstitucional	208
4. Da objetividade jurídica	209
5. Do princípio da taxatividade	210
6. Da sanção penal	211
7. Da criminalização das condutas violadoras das prerrogativas dos advogados	214
8. Conclusão	215
9. Referências	216

**Crimes contra a fé pública, crimes funcionais e  
a responsabilidade penal dos notários e registradores** ..... 217

ANA PAULA FRONTINI E VALESKA VITORIANO BARBOZA

1. Introdução	217
2. Os Notários e Registradores	219
3. Esclarecimentos quanto ao direito penal e o ilícito penal	220
4. Responsabilidade penal do notário ou registrador	230
5. Crimes funcionais	231
6. Crimes contra fé pública	235
7. Conclusão	238
8. Referências	240

**Direito penal e compaixão** ..... 241

DANIELLE MARTINS CARDOSO

1. Introdução	241
2. Necessidade de subjetivação do direito penal	242
3. Lei e justiça	243
4. Exigência de uma nova postura	246
5. Direito penal e compaixão	248
5.1. Conceito de compaixão	248
5.2. Justiça penal e o 'princípio da indiferença'	250
5.3. Conhecimento, compreensão e decisão	250
6. Conclusão	252
7. Referências	253

**Riscos de uma sociedade e uma sociedade de risco** ..... 255

JULIANA FOGAÇA PANTALEÃO

1. Considerações iniciais	255
2. A sociedade do século XXI	257
3. Sociedade de risco	259
4. Evolução da criminalidade e do direito penal	264
4.1. O direito penal diante da nova criminalidade	264
5. Globalização: a busca de um novo paradigma	267
6. Panorama geral dos novos desafios	272
7. Conclusão	274
8. Referências	277

**Moeda falsa: um crime de perigo concreto ou abstrato?** ..... 281

EMANUELLE BOULLOSA VIEIRA

1. Introdução	281
2. Distinção entre crime de perigo concreto e abstrato	282
3. Crime de moeda falsa	286
4. Moeda falsa: Crime de perigo concreto ou abstrato?	291
5. Crime de moeda falsa no direito comparado	296
6. Conclusão	299
7. Referências	299